

Em busca do crescimento sustentável

Há mais de 20 anos o Brasil cresce de 3% a 4% em ano seguinte a crises, diz secretário

Eva Rodrigues
de São Paulo

A recuperação do nível de atividade industrial, esperado pelo governo no final deste ano e em 2004, é insuficiente para que o País cresça de forma sustentável, disse ontem o secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa. Para ele, é preciso ter um conjunto de medidas, dentre elas, ter as reformas da Previdência e tributária aprovadas, implementar o Plano Plurianual (PPA) e ter marco regulatório novo para alguns setores.

"Há mais de 20 anos a gente observa que, em vários momentos de crise, a atividade econômica se recupera de 3% a 4% em relação à média do ano anterior. Mas crescimento sustentável de longo prazo, que significa o aumento permanente da capacidade de oferta, não ocorre."

"A história brasileira tem experimentado um aumento do nível de atividade sem crescimento sustentável. Precisamos romper com esse processo", afirmou. "Se a indústria está crescendo 15% ao ano ou não, a desigualdade social no Brasil é a mesma". Segundo ele, o País precisaria crescer 3% ao ano durante 25 anos para reduzir a desigualdade social à metade, dobrando a renda per capita de sua população.

"A retomada do desenvolvimento sustentável passa por acertar o marco regulatório, que ainda tem vários problemas a serem resolvidos: passa pela viabilização de parcerias público-privadas para alavancar investimento privado em áreas de infra-estrutura; passa por uma política industrial e tecnológica mais ativa, sobretudo em inovação e difusão de tecnologia; passa por reformas adicionais no mercado de crédito; passa pela Lei de Falências. Ou seja, é a construção das condições para que, uma vez passado esse duro período de ajuste que vivemos, a economia de fato retome uma trajetória de crescimento", disse, durante participação no 3º Encontro Brasileiro de Finanças, realizado na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

Conforme Lisboa, todas as medidas estão sendo discutidas em diferentes grupos e, se não tiverem determinação para divulgação antecipada, devem ser conhecidas no momento da divulgação do PPA, cujo prazo final é 15 de agosto.

O debate sobre políticas setoriais ou horizontais para a indústria é des-

qualificado por ele. "Esse é um debate meio falacioso. Se tomarmos, por exemplo, a criação de centros de inovação tecnológica como a Embrapa, que é parte fundamental da política industrial e tecnológica – isso se enquadra no rótulo de horizontal ou vertical? O fato é que há um conjunto imenso de políticas essenciais, algumas com uma cara mais setorial, outras com uma cara mais horizontal e a grande maioria nem lá nem cá."

Em sua opinião, o Brasil conseguiu passar pela "enorme crise" de 2002 sofrendo menos na comparação com outros países que, com crises semelhantes, registraram retração de atividade entre 8% e 10%. "A gente conseguiu fazer um

ajuste relativamente rápido, em cerca de seis meses, e ainda estamos discutindo se vamos crescer 1.5%, 1.8% ou 2%. E a recuperação vem naturalmente como consequência desse processo: os juros futuros vêm caindo há vários meses, os prazos dos títulos estão se alongando e as linhas de financia-

mento às empresas brasileiras aumentaram depois de secar no ano passado", disse, ao se recusar a falar sobre a decisão de hoje do Comitê de Política Monetária (Copom) em relação aos juros básicos. "O Copom é o responsável pela decisão e tenho a certeza de que vai agir na direção mais apropriada."

Durante sua palestra, Lisboa apresentou um quadro mostrando que a taxa de câmbio real (deflacionada pelo IPA de uma cesta de moedas versus o IPCA) acumula desvalorização de 55% em relação a 1994 (tomado como base 100) e é a maior nos últimos 10 anos, excluindo-se o período de crise no ano passado.

Câmbio e importações

Para Lisboa, o "câmbio está no lugar onde tem que estar". "O

câmbio flutuante reage aos fluxos e é claro que no momento em que os fluxos internacionais para o Brasil secam o câmbio fica naturalmente muito mais desvalorizado e quando voltam os fluxos é feito o ajuste", disse, ao discordar que o recorde registrado nas importações brasileiras na última semana seja sinal de que o atual patamar do câmbio esteja estimulando as compras externas. "O que está ocorrendo é que a retomada da atividade estimula as importações naturalmente."

O secretário vê como mais importante o fato de a volatilidade cambial ter diminuído recentemente. "A volatilidade é muito prejudicial para exportações e para investimentos. Estamos reconquistando um pouco essa estabilidade, o que está permitindo ao governo atacar várias fontes de vulnerabilidade externa. A questão da estrutura da dívida é um exemplo, pois é fundamental a redução dos swaps cambiais, o alongamento da dívida, senão qualquer choque externo tem as consequências terríveis que ocorreram no ano passa-

do, quando a relação dívida/PIB chegou a 63%."

Nova reforma

Avaliou que a proposta de mudança na Previdência resolve problemas fundamentais do setor público, mas que certamente a melhora da expectativa de vida da população trará de volta a discussão em alguns anos. "Em 10, 15 anos, talvez tenhamos que fazer uma reatualização atuarial, como tem sido feito em diversos países do mundo. Isso é inevitável quando a expectativa de vida da população passa de 60 para 80 anos."

Ele não acha que o governo cedeu demais na reforma, considerando os impactos do ponto de vista fiscal. "Não há grande diferença entre os números do impacto da reforma quando olhamos a proposta original e a proposta que está lá no Congresso. Talvez tenha uma questão de equidade, visto que não se conseguiu construir rapidamente, como era a intenção, uma proposta na direção de um sistema universal. Houve uma perda nesse item, mas é temporária, com o tempo se ajusta".



Marcos Lisboa